



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES
ESTADO DE MINAS GERAIS

AVISO DE DISPENSA SEM DISPUTA DE LICITAÇÃO
Nº 013/2025

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

Dores de Guanhanes, MG, 09 de outubro de 2025.

DADOS DO AVISO	
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 084/2025	
DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Até dia 23 de outubro das 09h.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO	Horário de Brasília (DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	www.licitanet.com.br ,

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DE GUANHÃES** por intermédio da Divisão de Compras e Licitações, realizará a Licitação na **Modalidade DISPENSA SEM DISPUTA ELETRÔNICA**, em sessão pública a ser realizada na **Plataforma de Licitações Licitanet** (www.licitanet.com.br), conforme especificado no **ANEXO II** deste edital.

- Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr.(a) **Natalia Cristina Soares**, Pregoeira oficial, designada pelo **Ato nº 0199/2025**, e pela Equipe de Apoio, integrada por: Crislaine Ferreira Souza, Alessandra Aparecida Santos Souza, Luciana Rosa Madureira Souza, Natalia Paula Barbosa Fernandes designados através do **Ato nº 199/2025**, anexado aos autos do procedimento e regido pelas **Lei nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 08/2023, Decreto Municipal nº 17/2024 e nº 15/2025** e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

- O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Dores de Guanhanes, através do endereço eletrônico <http://www.doresdeguanhanes.mg.gov.br>, na Plataforma de Licitações Licitanet, através do endereço eletrônico <https://licitanet.com.br> e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Dores De Guanhanes, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

- Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, bem como no site da Prefeitura Municipal, www.doresdeguanhanes.mg.gov.br.

- A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

. Há de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, onde será selecionada a proposta mais vantajosa.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

Anexos deste aviso:

ANEXO I	PROPOSTA DE PREÇOS
ANEXO II	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO III	ESTUDO
ANEXO IV	RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DECLARAÇÕES

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Número de ordem	DISPENSA Nº	013/2025
	PROCESSO LICITATÓRIO Nº	084/2025
Setor	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRONEGOCIO	

1. REGÊNCIA LEGAL

✓ Lei nº 14.133/2021, Art. 75, Inc. II.

2. OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de implementos agrícolas que visam atender produtores da agricultura familiar, com base na lei municipal 123/2009, que institui o plano municipal de desenvolvimento rural sustentável. O objeto desta contratação é caracterizado como comum.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta Dispensa de Licitação, pessoa jurídica, regularmente estabelecida no país que atenda às condições exigidas neste Aviso e seus anexos, **devendo pertencer ao ramo da atividade pertinente e compatível com o objeto pretendido.**

3.2 Só será permitido um representante por empresa;

3.3 Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados:

a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

b) Que não atendam às condições deste Aviso e Termo de Referência;

c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

d) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal nº 14.133/21;

e) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 - TCU Plenário);

f) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

g) Aquele que não atenda às condições deste Aviso e seus anexos;

h) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a dispensa versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

- i) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- j) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da Dispensa, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- k) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- l) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- m) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- n) Agente público do órgão ou entidade licitante;
- o) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
- p) O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- q) A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- r) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- s) Não há impedimento de participação na contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- t) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.
- u) A vedação de impedimento estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa advinda da execução do objeto desta licitação correrá por conta do crédito orçamentário sob a classificação funcional programática e categoria econômica abaixo discriminada:

4.1 PRAZO E LOCAL DE ENTREGA / DO CONTRATO



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

02.10.10.20.606.0061.1043.4.4.90.52.00 FICHA 573 FR 1500/2500

4.1.1 Local de Entrega e execução:

4.1.2 O prazo para entrega dos objetos é de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da nota de autorização de fornecimento, em remessa única e/ou parcelada, a critério da necessidade do setor requisitante. Caso não seja possível entregar na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior. Os objetos desse instrumento deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Dores de Guanhões, localizada no endereço: Rua Castro Alves, nº 29, Centro, Dores de Guanhões-MG. CEP: 35894-000.

4.2 - Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar o Contrato, que obedecerá ao modelo anexo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.

4.3 - O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

4.4 - Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item 4.1, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o **CONTRATANTE**, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.

5. PRAZO E FORMA PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

5.1 PRAZO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS: Este Aviso de Dispensa de Licitação ficará aberto por um período de 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, contados a partir da data da publicação no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas). Este aviso também será publicado na Plataforma do www.licitanet.com.br.

5.2 Assim com as proposta de preços e os documentos de habilitação, deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico: na Plataforma do www.licitanet.com.br no horário e prazo estabelecidos.

5.3 PRAZO DE ENTREGA (PROPOSTA E DOCUMENTOS):

DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2025, 09H00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).E FIM DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

6. PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.2 Valor unitário e total do lote e seus itens;

6.3 Marca dos produtos ofertados.

6.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

6.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

6.6 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega da mesma para todos os efeitos. Sendo apresentado prazo inferior, ou não sendo apresentado o prazo, o prazo de 60 (sessenta) dias valerá para todos os efeitos, salvo se o prazo apresentado for superior



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

a sessenta dias. Neste caso, prevalecerá o prazo maior. De qualquer forma, é facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

6.7 A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.

6.8 A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Aviso será desclassificada. Bem como aquela que não apresente marca e modelo (quando exigíveis) ou apresente mais de uma marca ou modelo para o mesmo objeto.

7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Para fins de comprovação de habilitação, deverão ser apresentados junto com a proposta de preços, os documentos relacionados no Anexo IV com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade.

8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1.1 As propostas apresentadas em consonância com as exigências do Aviso serão classificadas e será declarada vencedora a que apresentar o menor preço unitário.

8.1.2 Os interessados que apresentarem proposta de preços com divergência às exigências deste Aviso e seus anexos será desclassificada.

8.2 HABILITAÇÃO

8.2.1 Será habilitado o interessado que atender todas as condições do Aviso e seus anexos.

8.2.2 Será inabilitado o interessado que não atender as condições do Aviso e seus anexos.

9. OBRIGAÇÕES, INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA

9.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Aviso e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos; bem como as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

9.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8 Quando não for possível a verificação da regularidade em Sistema de Cadastro de Fornecedores, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.18 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

10.1 O licitante deve estar ciente de que, para participar do processo de dispensa ou ser contratado, apenas os documentos e informações que contenham dados pessoais e da pessoa jurídica



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

exigidos por força da Lei serão solicitados. Os dados obtidos serão incorporados ao processo administrativo e utilizados na elaboração de contratos, empenhos, pagamentos e todas as atividades necessárias para garantir a perfeita execução e pagamento do objeto. É importante ressaltar que os contratos celebrados pela Prefeitura Municipal de Dores de Guanhanes/MG são integralmente divulgados no Portal de Transparência, assim como todos os demais atos relacionados ao processo, que também são publicados nos sites oficiais e na imprensa oficial.

10.2 O montante está previamente estimado para utilização até 12 meses, sujeito a solicitação conforme demanda. Nesse sentido, a Administração não se encontra compelida ao consumo integral do valor estimado.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 São obrigações do Contratante:

11.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.4 Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

11.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.7 Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, que seguirá o Cronograma Físico – Financeiro.

11.8 Aplicar a Contratada, sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

11.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

11.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.11 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

11.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

12.2 **Advertência pelo** atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Dores de Guanhanes, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

12.3 Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

mercadoria/prestação, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

12.4 Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.

12.5 Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

12.6 Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

12.7 Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;

12.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;

12.9 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

12.10 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13. EXTENSÃO DAS PENALIDADES

13.1 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o **CONTRATANTE** poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

13.2 - Retardarem a execução do pregão;

13.3 - Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

13.4 - Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Homologada a licitação o adjudicatário receberá autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.

14.2 - Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para execução do serviço.

14.3 - É facultado à **PREGOEIRA** ou a **AUTORIDADE COMPETENTE**, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

14.4 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

14.5 - Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas

14.6 - Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

14.7 - Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/21, nos artigos 137 a 139.

14.8 - A **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato,



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

conforme estabelecido no art. 125.

14.9 – Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

14.10 - A contratação dos itens requisitados para cada evento deverá ser precedida da requisição específica não ficando necessariamente obrigado o **CONTRATANTE** a contratar todos os itens constantes no contrato, devendo o mesmo ser fornecido de forma fracionada ao mesmo.

14.11 - É vedado à **contratada** subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.

14.12 - A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

14.13 - O **PREGOEIRO**, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.14 – É vedado ao **fornecedor** retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

14.15 - Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo **PREGOEIRO** de forma exclusiva pela plataforma de licitações Licitanet (www.licitanet.com.br).

15.DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1 O licitante/contratante deve observar e a contratada deve observar e fazer observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, cabendo-lhes a obrigação de afastar, reprimir e denunciar toda e qualquer prática que possa caracterizar fraude ou corrupção, em especial, dentre outras:

15.2 prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

15.3 prática fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

15.4 prática colusiva: esquematizar ou estabelecer acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitante, visando a estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

15.5 prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

15.6 prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de qualquer das práticas acima; e praticar atos com a intenção de impedir materialmente o exercício do direito de inspeção para apuração de qualquer das práticas acima.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES
ESTADO DE MINAS GERAIS

**DA APROVAÇÃO
DESTE AVISO DE
DISPENSA DE
LICITAÇÃO**

MATHEUS AUGUSTO SILVA SIMAN
SECRETARIO DE AGRONEGÓCIOS

Informo que existe recursos orçamentários, conforme dotações abaixo:

02.06.10.12.361.0022.1087.4.4.90.51.00 Ficha 181

LILIANE ANGÉLICA BATISTA SANTANA
CONTADORA/126442/0-0

Informamos ainda que foi verificado o impacto financeiro da despesa no Anexo de Metas Fiscais e ainda foi incluído na programação financeira da Prefeitura Municipal.

LEIDIANE DE PAULA PEREIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES
ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I – PROPOSTA DE PREÇOS

Dados da empresa e de seu representante legal:

Empresa:

RAZÃO SOCIAL: XXX

CNPJ: XXX

INSCRIÇÃO ESTADUAL: XXX

PROCESSO Nº.: 084/2025

DISPENSA Nº.: 013/2025

E-MAIL:

TELEFONE/WHATSAPP:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR GLOBAL
01	ENSILADEIRA ESTACIONÁRIA ENSILADEIRA ESTACIONÁRIA, EQUIPADA COM ROTOR DE 4 (QUATRO) FACAS DE NO MÍNIMO 7,5 MM DE ESPESSURA, CAPA PROTETORA, BICA GIRATÓRIA, TRANSMISSÃO DO ROTOR AOS ROLOS ATRAVÉS DE CORREIAS, REGULAGEM DE CORTE (4, 5, 8 E 10 MM). PRODUÇÃO MÍNIMA DE 5.000 A 18.000KG/HORA, ROTAÇÃO DE 1600 RPM E VELOCIDADE ATRAVÉS DE ENGRENAGENS, EQUIPADO PARA PICAR CANA, CAPIM, SORGO, MILHO E TODAS AS DEMAIS ESPÉCIES FORRAGEIRAS COM PRECISÃO E UNIFORMIDADE DE CORTE. IDEAL PARA ENCHER SILOS E PARA O TRATO DIÁRIO DE ANIMAIS. O IMPLEMENTO DEVE VIR ACOMPANHADO DO ACESSÓRIO AT 90º PARA USO NO TERCEIRO PONTO DO TRATOR E EIXO CARDAM PARA LIGAÇÃO NA TDP.	01	UNID	
02	CARRETA AGRÍCOLA CARRETA AGRÍCOLA FORRAGEIRA BASCULANTE HIDRÁULICA METÁLICA. MATERIAL CARROCERIA: METÁLICO; CAPACIDADE: 5 T; TIPO: BASCULANTE VOLUME DE CAÇAMBA: MÍNIMO DE 5M3; MEDIDAS APROXIMADAS: COMPRIMENTO: 3 M, LARGURA: 1,80 M, ALTURA: 0,80 M. USO: AGRÍCOLA QUANTIDADE RODAS: 04 RODAS ARO 16", RODADO DUPLO. TIPO PNEU: 750 X 16, QUANTIDADE DE PNEU: 4 UN.; REBOCÁVEL POR TRATOR; COM MACACO MANUAL NO CABEÇALHO; SISTEMA HIDRÁULICO DE ACIONAMENTO: COMANDO HIDRÁULICO COM ENGATE RÁPIDO, DISPOSITIVO AUTOMÁTICO DE ABERTURA DA TAMPA TRASEIRA.	01	UNID	



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES
ESTADO DE MINAS GERAIS

Validade da proposta:

Representante Legal:

Nome: xxx

Endereço: xxx

Cidade: xxx

UF: xxx

Cargo/função: xxx

CPF: xxx

Carteira de identidade nº: xxx

Expedição: xxx

Naturalidade: xxx

Nacionalidade: xxx

Declaramos que estamos de acordo com as condições do aviso de dispensa, minuta de contrato e seus anexos. **Declaramos** essa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local/Data: xxx

Indicação da forma de pagamento:

BOLETO ()		DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE ()	
	BANCO		
	AGÊNCIA		
	Nº DA CONTA		
	FAVORECIDO		

Assinatura do Responsável



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES
ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA
DISPENSA DE LICITAÇÃO
TERMO DE REFERÊNCIA

Número de ordem	PROCESSO Nº	084/2025
	DISPENSA Nº	013/2025
	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021
Repartição interessada	Matheus Augusto Silva Siman SECRETARIO DE AGRONEGÓCIOS	
Protocolo e Autuação	Comissão de Contratação / Agente de Contratação: Natalia Cristina Soares.	

TERMO DE REFERÊNCIA				
SETOR REQUISITANTE	Prefeitura Municipal de Dores de Guanhanes			
IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL	Secretaria Municipal de Agronegócios de Dores de Guanhanes			
DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, "A", LF 14.133/21)	Contratação de empresa para fornecimento de implementos agrícolas que visam atender produtores da agricultura familiar, com base na lei municipal 123/2009, que institui o plano municipal de desenvolvimento rural sustentável. O objeto desta contratação é caracterizado como comum.			
	ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO
	01	01	UNID	ENSILADEIRA ESTACIONÁRIA ENSILADEIRA ESTACIONÁRIA, EQUIPADA COM ROTOR DE 4 (QUATRO) FACAS DE NO MÍNIMO 7,5 MM DE ESPESSURA, CAPA PROTETORA, BICA GIRATÓRIA, TRANSMISSÃO DO ROTOR AOS ROLOS ATRAVÉS DE CORREIAS, REGULAGEM DE CORTE (4, 5, 8 E 10 MM). PRODUÇÃO MÍNIMA DE 5.000 A 18.000KG/HORA, ROTAÇÃO DE 1600 RPM E VELOCIDADE ATRAVÉS DE ENGRENAGENS, EQUIPADO PARA PICAR CANA, CAPIM, SORGO, MILHO E TODAS AS DEMAIS ESPÉCIES FORRAGEIRAS COM PRECISÃO E UNIFORMIDADE DE CORTE. IDEAL PARA ENCHER SILOS E PARA O TRATO DIÁRIO DE ANIMAIS. O IMPLEMENTO DEVE VIR ACOMPANHADO DO ACESSÓRIO AT 90º PARA USO NO TERCEIRO PONTO DO TRATOR E EIXO CARDAM PARA LIGAÇÃO NA TDP.
	02	01	UNID	CARRETA AGRÍCOLA CARRETA AGRÍCOLA FORRAGEIRA BASCULANTE HIDRÁULICA METÁLICA. MATERIAL CARROCERIA: METÁLICO; CAPACIDADE: 5 T; TIPO: BASCULANTE VOLUME DE CAÇAMBA: MÍNIMO DE 5M3; MEDIDAS APROXIMADAS: COMPRIMENTO: 3 M, LARGURA: 1,80 M, ALTURA: 0,80 M. USO:



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

				AGRÍCOLA QUANTIDADE RODAS: 04 RODAS ARO 16", RODADO DUPLO. TIPO PNEU: 750 X 16, QUANTIDADE DE PNEU: 4 UN.; REBOCÁVEL POR TRATOR; COM MACACO MANUAL NO CABEÇALHO; SISTEMA HIDRÁULICO DE ACIONAMENTO: COMANDO HIDRÁULICO COM ENGATE RÁPIDO, DISPOSITIVO AUTOMÁTICO DE ABERTURA DA TAMPA TRASEIRA.
FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, "B", LF 14.133/21)	<p>Visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Dorés de Guanhanes, justifica-se a abertura de processo licitatório para a contratação de empresa especializada para fornecimento de implementos agrícolas.</p> <p>O município de Dorés de Guanhanes, apesar de ser pouco populoso, é extenso em áreas, principalmente em áreas rurais agricultáveis. Levando em consideração que a agricultura e pecuária é a base da economia do município, principalmente a bovinocultura leiteira, com destaque para o plantio de milho, que é utilizado para confecção de silagem para suprir a necessidade nutricional do rebanho durante o período de seca, se faz necessário a aquisição de implementos agrícolas que proporcionem ao pequeno produtor rural e as famílias da agricultura familiar, melhor custo de vida, através da diminuição dos custos de produção, maximização do lucro, incentivo ao plantio, fixação do homem no campo e, principalmente, maior geração de renda as famílias beneficiadas. Tudo conforme a lei municipal 123/2009, que institui o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Assim, faz-se necessária a pretendida dispensa de licitação para contratação de empresa para fornecimento de implementos agrícolas que visam atender produtores da agricultura familiar, com base na lei municipal 123/2009, que institui o plano municipal de desenvolvimento rural sustentável.</p> <p>Dessa forma, propõe-se a instauração de procedimento licitatório, garantindo a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além de assegurar a proposta mais vantajosa para a Administração.</p>			
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 6º, XXIII, "C", LF 14.133/21)	<p>A presente contratação tem por objeto a seleção de empresa especializada para fornecimento de implementos agrícolas, conforme especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas neste processo, visando atender às necessidades da secretaria de Agronegócios.</p> <p>A solução proposta consiste na aquisição de implementos agrícolas de acordo com os modelos, que se enquadram conforme a descrição dos itens listados anteriormente. A empresa contratada será responsável pela garantia de reposição do implemento em caso de defeito de fabricação.</p> <p>A empresa a ser contratada deverá demonstrar capacidade técnica e experiência no fornecimento de implementos agrícolas, assegurando a qualidade do material, cumprimento d</p> <p>os prazos e aderência às especificações exigidas pela Administração.</p> <p>A motivação pela escolha da dispensa de licitação para este processo licitatório se dá pelas características do objeto (enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019). Com isso, pretende-se garantir eficiência, economicidade e conformidade legal no atendimento à demanda da instituição, por meio de processo competitivo, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa.</p> <p>Com base nos processos anteriores para aquisição de tratores e implementos agrícolas, na qual foi adquirido implementos de empresas de outros estados, este processo será restrito apenas para empresas pertencentes ao estado de Minas Gerais, com o intuito de evitar os mesmos empecilhos do processo licitatório anterior, como: Dificuldade na reposição de peças (apenas um único fabricante) e elevado custo de manutenção (é adicionado o custo com frete e transporte), pois,</p>			



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

	<p>trata-se de implementos de fabricação própria, de marcas desconhecidas, que não atende aos requisitos da contratação. Somando-se a isso, recomenda-se, para o item 01 deste processo, as seguintes marcas: Nogueira Máquinas Agrícolas, JF Máquinas Agrícolas ou Pinheiro Máquinas Agrícolas.</p>
<p>REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, “D”, LF 14.133/21)</p>	<ul style="list-style-type: none">• Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições principalmente no que desrespeita a higiene e prazo de validade, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente indicações a exemplo marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de validade;• Prestar, quando solicitado, informações e esclarecimentos ao Fiscal de Contrato e atender prontamente as solicitações que lhe forem dirigidas;• Caso fortuito ou força maior, comunicar à Administração, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, caso haja, com a devida comprovação;• Responsabilizar-se pelo pagamento de impostos, taxas, encargos sociais, tributos e outras despesas que direta ou indiretamente tenham relação com o objeto do contrato, ficando a contratante, imediatamente, dispensada de compromissos, solidariedade ou eventuais autuações;• Respeitar, durante toda execução do contrato a legislação trabalhista, fiscal, por cujos encargos responderá unilateralmente;• Manter, durante toda execução da Ata de Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações assumidas, em especial as condições exigidas no edital de licitação;• A licitante deverá apresentar, pelo menos, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove, de forma satisfatória, o fornecimento, pela empresa licitante, do objeto da licitação.
<p>MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (Art. 6º, XXIII, “E”, LF 14.133/21)</p>	<p>CONDIÇÕES DE ENTREGA</p> <ul style="list-style-type: none">• O prazo para entrega dos objetos é de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da nota de autorização de fornecimento, em remessa única e/ou parcelada, a critério da necessidade do setor requisitante.• Caso não seja possível entregar na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.• Os objetos desse instrumento deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Dores de Guanhanes, localizada no endereço: Rua Castro Alves, nº 29, Centro, Dores de Guanhanes-MG. CEP: 35894-000. <p>OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA A Contratada obriga-se a:</p> <ul style="list-style-type: none">• Executar a entrega do material nas condições estipuladas, no prazo e local indicados pelo setor requisitante em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;• Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos materiais fornecidos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);• O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, corrigir ou reparar, às suas expensas o serviço/materiais com avarias ou defeitos ou que não atendam às exigências previstas no Edital e na Proposta;• Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

	<p>objeto da presente aquisição;</p> <ul style="list-style-type: none">• Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;• Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na Proposta;• Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, deslocamento de pessoal, quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;• Atender prontamente quaisquer exigências da administração, inerente ao objeto do pregão e previstas no edital e seus anexos.• Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões com base no artigo 124, II, "d", e no art. 25(§)7º, da Lei Federal nº 14.133/21, buscarão uma solução para a questão. <p>OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE</p> <p>A Contratante obriga-se a:</p> <ul style="list-style-type: none">• O CONTRATANTE se obriga a proporcionar ao CONTRATADO todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, consoante estabelece a Lei nº 14.133/21.• Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços, objeto do contrato.• Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com o cumprimento do objeto do contrato, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.• Providenciar os pagamentos ao CONTRATADO à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas, nos prazos fixados.• Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos da ata de registro de preços. <p>DO FORNECIMENTO/SUBCONTRATAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">• Não é admitida subcontratação do objeto contratual.
<p>MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, XXIII, "F", LF 14.133/21)</p>	<ul style="list-style-type: none">• O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.• Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.• As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.• O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.• Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES
ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO III – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
DISPENSA DE LICITAÇÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	
SETOR REQUISITANTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DE GUANHÃES.
IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRONEGÓCIOS DE DORES DE GUANHÃES
DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, I, LF 14.133/21)	<p>O município de Dores de Guanhanes, apesar de ser pouco populoso, é extenso em áreas, principalmente em áreas rurais agricultáveis. Levando em consideração que a agricultura e pecuária é a base da economia do município, principalmente a bovinocultura leiteira, com destaque para o plantio de milho, que é utilizado para confecção de silagem para suprir a necessidade nutricional do rebanho durante o período de seca, se faz necessário a aquisição de implementos agrícolas que proporcionem ao pequeno produtor rural e as famílias da agricultura familiar, melhor custo de vida, através da diminuição dos custos de produção, maximização do lucro, incentivo ao plantio, fixação do homem no campo e, principalmente, maior geração de renda as famílias beneficiadas. Tudo conforme a lei municipal 123/2009, que institui o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Assim, faz-se necessária a pretendida dispensa de licitação para contratação de empresa para fornecimento de implementos agrícolas que visam atender produtores da agricultura familiar, com base na lei municipal 123/2009, que institui o plano municipal de desenvolvimento rural sustentável.</p>
PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Art. 18, §1º, II, LF 14.133/21)	A aquisição pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual.
REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, III, LF 14.133/21)	<ul style="list-style-type: none">• Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicado pelo setor solicitante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;• Prestar, quando solicitado, informações e esclarecimentos ao Fiscal de Contrato e atender prontamente as solicitações que lhe forem dirigidas;• Caso fortuito ou força maior, comunicar à Administração, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis que antecede a data da entrega dos produtos, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, caso haja, com a devida comprovação;• Responsabilizar-se pelo pagamento de impostos, taxas, encargos sociais, tributos, e outras despesas que direta ou indiretamente tenham relação com o objeto do contrato, ficando a contratante, imediatamente, dispensada de compromissos, solidariedade ou eventuais autuações;• Respeitar, durante toda execução do contrato a legislação trabalhista, fiscal, por cujos encargos responderá unilateralmente;• Manter compatibilidade com as obrigações assumidas, em especial as condições exigidas no edital de licitação;• A licitante deverá apresentar, pelo menos, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove, de forma satisfatória, o fornecimento, pela empresa licitante, do objeto da licitação. <p>PRAZO DE ENTREGA</p>



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

	<p>A entrega deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento da nota de autorização de fornecimento (NAF)</p> <p>LOCAL DE ENTREGA</p> <p>A entrega deverá ser efetuada em local determinado pelo setor solicitante, no município de Dorés de Guanhanes/MG.</p> <p>OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</p> <p>A Contratada obriga-se a:</p> <p>Executar a entrega do material nas condições estipuladas, no prazo e local indicados pelo setor requisitante em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;</p> <p>Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos materiais fornecidos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);</p> <p>O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, corrigir ou reparar, às suas expensas o serviço/materiais com avarias ou defeitos ou que não atendam às exigências previstas no Edital e na Proposta;</p> <p>Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente aquisição;</p> <p>Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;</p> <p>Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na Proposta;</p> <p>Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, deslocamento de pessoal, quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;</p> <p>OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE</p> <p>A Contratante obriga-se a:</p> <p>Disponibilizar data, local e horário para a entrega;</p> <p>Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;</p> <p>Efetuar o pagamento no prazo previsto;</p> <p>DO FORNECIMENTO/SUBCONTRATAÇÃO</p> <p>Não é admitida subcontratação do objeto contratual.</p>
--	--



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES
ESTADO DE MINAS GERAIS

	ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO
	01	01	UNID	ENSILADEIRA ESTACIONÁRIA ENSILADEIRA ESTACIONÁRIA, EQUIPADA COM ROTOR DE 4 (QUATRO) FACAS DE NO MÍNIMO 7,5 MM DE ESPESSURA, CAPA PROTETORA, BICA GIRATÓRIA, TRANSMISSÃO DO ROTOR AOS ROLOS ATRAVÉS DE CORREIAS, REGULAGEM DE CORTE (4, 5, 8 E 10 MM). PRODUÇÃO MÍNIMA DE 5.000 A 18.000KG/HORA, ROTAÇÃO DE 1600 RPM E VELOCIDADE ATRAVÉS DE ENGRENAGENS, EQUIPADO PARA PICAR CANA, CAPIM, SORGO, MILHO E TODAS AS DEMAIS ESPÉCIES FORRAGEIRAS COM PRECISÃO E UNIFORMIDADE DE CORTE. IDEAL PARA ENCHER SILOS E PARA O TRATO DIÁRIO DE ANIMAIS. O IMPLEMENTO DEVE VIM ACOMPANHADO DO ACESSÓRIO AT 90° PARA USO NO TERCEIRO PONTO DO TRATOR E EIXO CARDAM PARA LIGAÇÃO NA TDP.
	02	01	UNID	CARRETA AGRÍCOLA CARRETA AGRÍCOLA FORRAGEIRA BASCULANTE HIDRÁULICA METÁLICA. MATERIAL CARROCERIA: METÁLICO; CAPACIDADE: 5 T; TIPO: BASCULANTE VOLUME DE CAÇAMBA: MÍNIMO DE 5M3; MEDIDAS APROXIMADAS: COMPRIMENTO: 3 M, LARGURA: 1,80 M, ALTURA: 0,80 M. USO: AGRÍCOLA QUANTIDADE RODAS: 04 RODAS ARO 16", RODADO DUPLO. TIPO PNEU: 750 X 16, QUANTIDADE DE PNEU: 4 UN.; REBOCÁVEL POR TRATOR; COM MACACO MANUAL NO CABEÇALHO; SISTEMA HIDRÁULICO DE ACIONAMENTO: COMANDO HIDRÁULICO COM ENGATE RÁPIDO, DISPOSITIVO AUTOMÁTICO DE ABERTURA DA TAMPA TRASEIRA.
ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES (Art. 18, §1º, IV, LF 14.133/21)				
LEVANTAMENTO DE MERCADO (Art. 18, §1º, V, LF 14.133/21)	O levantamento de mercado foi realizado de forma virtual e com fornecedores locais.			
ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, VI, LF 14.133/21)	Os orçamentos realizados para esta contratação correspondem à média total cotada de R\$ R\$ 55.056,09 (cinquenta e cinco mil e cinquenta e seis reais e nove centavos) , e o valor considerado para contratação será o MELHOR PREÇO de acordo com o Art. 23 Lei 14.133/21.			
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18, §1º, VII, LF 14.133/21)	<p>A presente contratação tem por objeto a seleção de empresa especializada para fornecimento de implementos agrícolas, conforme especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas neste processo, visando atender às necessidades da secretaria de Agronegócios.</p> <p>A solução proposta consiste na aquisição de implementos agrícolas de acordo com os modelos, que se enquadram conforme a descrição dos itens listados anteriormente. A empresa contratada será responsável pela garantia de reposição do implemento em caso de defeito de fabricação.</p> <p>A empresa a ser contratada deverá demonstrar capacidade técnica e experiência no fornecimento de implementos agrícolas, assegurando a qualidade do material, cumprimento dos prazos e aderência às especificações exigidas pela Administração.</p> <p>A motivação pela escolha da dispensa de licitação para este processo licitatório se dá pelas características do objeto (enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e</p>			



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

	<p>do Decreto 10.024, de 2019). Com isso, pretende-se garantir eficiência, economicidade e conformidade legal no atendimento à demanda da instituição, por meio de processo competitivo, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa. Com base nos processos anteriores para aquisição de tratores e implementos agrícolas, na qual foi adquirido implementos de empresas de outros estados, este processo será restrito para empresas em um raio de no máximo 400 km da sede da Prefeitura Municipal de Dores de Guanhanes, com o intuito de evitar os mesmos empecilhos do processo licitatório anterior, como: Dificuldade na reposição de peças (apenas um único fabricante) e elevado custo de manutenção (é adicionado o custo com frete e transporte), pois, trata-se de implementos de fabricação própria, de marcas desconhecidas, que não atende aos requisitos da contratação. Somando-se a isso, recomenda-se, para o item 01 deste processo, as seguintes marcas: Nogueira Máquinas Agrícolas, JF Máquinas Agrícolas ou Pinheiro Máquinas Agrícolas.</p>
<p>JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, VIII, LF 14.133/21)</p>	<p>A adjudicação do Pregão Eletrônico será por item, visando propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens.</p> <p>O objetivo do parcelamento é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sendo que este parcelamento é técnica e economicamente viável e não representa perda de economia de escala, conforme disposto no § 3º, inciso I, do art. 40 da Lei nº 14.133/21, também aplicável à modalidade pregão, por força do disposto no art. 9º da Lei nº 10.520, de 2002.</p>
<p>DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Art. 18, §1º, IX, LF 14.133/21)</p>	<p>Pretende-se realizar a contratação dos itens especificados no Edital, observando o critério de menor preço por item, respeitado o limite do valor unitário máximo estimado, conforme as exigências de qualidade e demais especificações constantes no Termo de Referência. A presente licitação visa atender de forma eficiente às demandas da Secretaria Municipal de Agronegócios, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.</p> <p>Além de garantir a economicidade, o processo licitatório tem por finalidade promover a isonomia entre os licitantes, fomentar a justa competição e prevenir contratações com sobrepreço ou com valores manifestamente inexequíveis, bem como coibir riscos de superfaturamento durante a execução contratual.</p> <p>Com a aquisição dos implementos agrícolas, busca-se ainda promover e apoiar o desenvolvimento rural, reforçando a organização, a segurança e a imagem institucional do Município. Somando-se a isso, trará economia a diversas famílias da agricultura familiar, e servirá de incentivo para manter o homem no campo, diminuindo os efeitos maléficos do êxodo rural.</p>
<p>PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO ANTES DO CONTRATO (Art. 18, §1º, X, LF 14.133/21)</p>	<p>As providências a serem tomadas pela administração antes do contrato serão:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Estudos técnicos preliminares – Avaliar a real necessidade da contratação.✓ Termo de Referência ou Projeto Básico – Definir claramente o objeto, requisitos e condições.✓ Pesquisa de preços – Levantar preços de mercado para estimar o valor da contratação.✓ Verificação orçamentária – Confirmar a existência de dotação orçamentária.✓ Escolha da modalidade e tipo de licitação – Definir conforme o objeto e valor.✓ Elaboração e publicação do edital – Divulgar as regras da licitação.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

	<ul style="list-style-type: none">✓ Realização da licitação – Receber propostas, julgar, habilitar e adjudicar.✓ Homologação do resultado – Aprovação formal da licitação pela autoridade.✓ Verificação de regularidade da empresa vencedora – Conferência de documentos fiscais, trabalhistas e jurídicos.✓ Formalização do contrato – Assinatura do instrumento contratual com base nas regras do edital.
CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES (Art. 18, §1º, XI, LF 14.133/21)	Não existem contratações em andamento que venham fazer correlação ou dependência com o objeto pretendido.
IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS ADOTADAS (Art. 18, §1º, XII, LF 14.133/21)	<p>A presente contratação busca atender não apenas aos objetivos administrativos do Município, mas também aos princípios da sustentabilidade ambiental, conforme preconizado pela legislação vigente.</p> <p>Possíveis Impactos Ambientais:</p> <p>A aquisição de implementos agrícolas, pode gerar o seguinte impacto ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none">• Emissão de poluentes provenientes da queima de diesel, como material particulado (MP), óxidos de nitrogênio (NOx), monóxido de carbono (CO) e hidrocarbonetos (HC), <p>Para mitigar o possível impacto ambiental, serão adotadas as seguintes diretrizes na licitação e no contrato:</p> <ul style="list-style-type: none">• Uso de tratores com tecnologia MAR-1/Tier3: os implementos serão acoplados a tratores que respeitem as exigências do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.
POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO À ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, XIII, LF 14.133/21)	Concluimos como viável a contratação de empresa para o fornecimento de implementos agrícolas, condicionada à devida formalização do processo administrativo, à demonstração da necessidade, à justificativa de escolha do objeto, e ao cumprimento dos requisitos legais e técnicos cabíveis.
<p>Dores de Guanhanes, 03 de outubro de 2025.</p> <p>_____</p> <p>MATHEUS AUGUSTO SILVA SIMAN SECRETÁRIO DE AGRONEGÓCIOS</p>	



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO IV

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DECLARAÇÕES

1.2. Habilitação Jurídica, Fiscal, Econômica e Técnica:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;
- b) Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com dirigentes ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;
- c) Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
- f) Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- h) Cópia da Cédula de Identidade (RG) dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades;
- i) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Fornecedor;
- j) Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, através da apresentação de 01(um) ou mais atestados, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.
 - j.1) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
 - j.2) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;
 - j.3) O participante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- k) Certidão Negativa de Falência e Recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da Sede da Pessoa jurídica emitida até 60 (dias) dias antes da data de autuação.